

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Órgão

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Representação

Grupo de Trabalho Comercialização de Espécies Silvestres

Representantes



Titular

Alexandre Magno Junqueira Enout

Ecólogo

Sesc Pantanal



Titular

Cristina Cuiabália Rodrigues Pimentel Neves

Gerente de Estudos e Pesquisas

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sesc Pantanal

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no período de 1º a 2 de dezembro de 2021

O objetivo da terceira reunião foi analisar as espécies de répteis aprovadas na matriz técnica, com uma reavaliação do colegiado.

A reunião teve início com a solicitação dos representantes dos estados quanto à legitimidade da participação de Tiago Lima, indevidamente convidado pelos representantes oficiais dos órgãos municipais de meio ambiente. Ele foi desconvidado e deixou a plenária. Lima atua na empresa Jiboias Brasil, especializada em criação e manejo de serpentes da família das jiboias, localizada no município de Betim-MG.

Em seguida, os representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) afirmaram que a lista apresentada das espécies previamente aprovadas na matriz seria insuficiente para atender às demandas do mercado. Tal ideia foi defendida por um dos representantes do Instituto Chico Mendes (ICMBio), Marco Antonio de Freitas, que acredita que uma lista ampla contribuiria para a redução da pressão por tráfico das espécies, especialmente tartarugas. Para Freitas, uma lista mais restritiva é resultado de “excesso de precaução”.

O representante das Entidades Ambientalistas, Maurício Forlani, discordou das afirmações anteriores e deu o exemplo da espécie canário-da-terra, uma das mais comercializadas no País e, também, a mais traficada. Forlani disse que não há dados científicos que comprovem a relação do aumento da comercialização com a redução do tráfico ilegal de animais.

Outro técnico representante do ICMBio, Carlos Abrahão, concordou com Maurício Forlani, reafirmando que a legalização do comércio de animais não reduz o tráfico. Para Abrahão, a venda ilegal deve ser reduzida com a conscientização da população de que animais devem ser apreciados na natureza. Por outro lado, a ampla comercialização tende a

aumentar o interesse por ter animais silvestres como pet, uma vez que as pessoas acabam sendo estimuladas pelo mercado.

Após discussão das espécies, permaneceram na lista os quelônios *Chelodinis carbonária*, *Chelodinis denticulata* e *Chelus fimbriatus*. Uma longa discussão se instalou acerca das espécies do gênero *Trachemys*, conhecida popularmente como tartaruga-tigre, um dos répteis mais vendidos em todo o Brasil, e com diversos registros na literatura quanto ao caráter invasor da espécie em áreas urbanas, rurais e naturais. Inclusive, sua criação já é proibida em vários estados. Este caráter invasor fez com que as espécies permanecessem fora da lista.

Entretanto, houve significativa resistência dos representantes do Mapa, que não concordaram com a exclusão e argumentaram que são espécies amplamente comercializadas e com grande demanda de mercado.

Os representantes dos estados e das entidades ambientalistas ressaltaram novamente critérios fundamentais na avaliação, tais como tamanho do plantel disponível para iniciar uma produção; aspectos relacionados ao domínio da biologia reprodutiva; dificuldade do manejo por consumidores leigos; aspectos sanitários; risco de hibridização de espécies semelhantes; potencial de invasão; risco à saúde humana como zoonoses; e possibilidade de acidentes.

Eles argumentaram que, diante do impasse e das evidências levantadas, as espécies devem permanecer fora da lista. Os representantes reforçaram ainda a necessidade de mais estudos sobre os possíveis danos da invasão das espécies, bem como o tamanho da demanda pelos animais.

O presidente do colegiado, Olivaldi Azevedo, propôs a avaliação da possibilidade de manter as espécies do gênero *Trachemys* em anexo e, além do critério da venda autorizada apenas de macho, que também seja determinado prazo para os atuais criadouros encerrarem a reprodução assim que for comprovado que os casos de invasão não estejam implicando em danos ambientais.

Os representantes do Mapa sugeriram que a espécie permanecesse na lista, porém, em anexo, com a possibilidade de comercialização mediante critérios para a redução do risco de invasão, como a venda apenas de espécimes machos.

O representante do ICMBio, Carlos Abrahão, informou sobre a dificuldade de sexagem baseada apenas na temperatura dos ovos, pois nem em todas as espécies é possível obter a definição de gênero mediante medição.

Os representantes dos estados levantaram a preocupação que tal opção de “moratória” poderia gerar reserva de mercado e abertura de precedente na consideração de outras espécies, inclusive as já retiradas da Lista Pet após exaustiva avaliação. Eles mencionaram também a possibilidade de hibridização de indivíduos machos que, porventura, forem soltos pelos donos ao encontrarem fêmeas de diferentes espécies em vida livre (inclusive as advindas do tráfico). Por fim, declararam que, nos dez anos em que estão participando das discussões da Lista Pet, esta é a primeira vez que um gênero de espécies com comprovado risco ao ambiente e às pessoas é considerado na lista.

A representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Cristina Cuiabália, reforçou que a CNC exerce há 75 anos um papel essencial ao bem-estar social, sendo o Sesc a entidade com forte atuação nos campos da cultura, saúde, educação, lazer e assistência, e com ações socioambientais transversais que permeiam todo esse trabalho. Cuiabália mencionou que a entidade preza pela perspectiva da conservação *in situ*, mantendo quatro Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) estabelecidas e duas em processo de reconhecimento. Ela reforçou que uma das finalidades desse esforço é estimular as boas práticas no comércio, para que se evolua em direção à sustentabilidade, uma urgência mundial - especialmente num momento pandêmico histórico.

Desta forma, declarou-se favorável aos argumentos dos representantes dos estados, que seguem os critérios estabelecidos pelas matrizes, o método mais técnico abordado em toda esta discussão da Lista Pet. Cristina Cuiabália agradeceu novamente a oportunidade de integrar o colegiado, no qual houve muito aprendizado, e reforçou o desejo de que sejam priorizados o diálogo, a ciência e a precaução, além de prevalecerem os direitos da coletividade.

Por fim, devido ao tempo insuficiente para a discussão de outros répteis da lista, foi agendada nova reunião para os dias 25, 26 e 27 de janeiro de 2022.

Foi assumido ainda o compromisso de que seja dada continuidade da participação no Grupo de Trabalho em reuniões presenciais no mês de janeiro de 2022.